



## A SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA EM MUNICÍPIOS DA 17ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL: REFLEXÕES SOBRE DESCENTRALIZAÇÃO.<sup>1</sup>

*Sabrina Dallepiane<sup>2</sup>, Sérgio Luis Allebrandt<sup>3</sup>, Dieter Rugard Siedenberg<sup>4</sup>. UNIJUÍ*

Este estudo aborda a visão de gestores locais e regionais de saúde sobre o processo de descentralização da saúde pública brasileira, discutindo a participação da sociedade civil na gestão do sistema e a última grande reformulação do setor, o Pacto pela Saúde, de 2006. Trabalhando dados empíricos e teóricos, através de uma pesquisa de caráter interpretativo e qualitativo, propõe-se um repensar sobre os temas em questão, ouvindo profissionais atuantes junto à 17ª Coordenadoria Regional de Saúde do Rio Grande do Sul (17ª CRS/RS) e secretários municipais de saúde de 10 municípios de abrangência desta Coordenadoria. São problematizados os avanços, retrocessos, receios e desejos para com esse sistema complexo e dinâmico que é a saúde pública brasileira. No referencial teórico são discutidos os diferentes modelos de gestão pública que marcaram a trajetória brasileira; são analisados o federalismo e as relações intergovernamentais no processo da gestão descentralizada das políticas públicas; a trajetória das políticas da saúde pública no Brasil e o processo de construção e implantação do SUS através das normas operacionais e mais recentemente através do Pacto pela Saúde. A interpretação e análise dos dados evidenciam que os gestores entrevistados acreditam que o processo de descentralização proporcionou maior efetividade das ações de saúde em nível local, e que, além disso, contribuiu para que o secretário municipal de saúde passasse de executor a gestor das políticas públicas de saúde; entretanto são observados atritos entre as esferas de governo, especialmente com relação à questão do financiamento do sistema. No que diz respeito à participação popular junto aos conselhos e conferências de saúde os relatos assinalam reduzida participação, sendo apontados como motivos questões culturais e políticas; sobre o funcionamento dos conselhos são observadas discordâncias entre os gestores sobre sua efetividade. O Pacto pela Saúde é defendido pelos profissionais da 17ª CRS/RS como um instrumento de cidadania; no entanto, os gestores locais o vêem como uma ação vertical do governo federal, que pode sobrecarregar a saúde municipal. Os resultados apontam para a necessidade de se estimular o diálogo entre os diferentes atores envolvidos na gestão da saúde pública (secretários municipais, gestores regionais, estaduais e federais, sociedade civil e trabalhadores da saúde) para que se avance política e democraticamente na contínua implantação do SUS e para que se adote na gestão da saúde um efetivo modelo de gestão social, plural, transparente e baseado na democracia deliberativa.

<sup>1</sup> Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento da UNIJUÍ.

<sup>2</sup> Bolsista CAPES, aluna do Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUÍ.

<sup>3</sup> Professor do Curso de Administração da UNIJUÍ, co-orientador da dissertação.

<sup>4</sup> Professor do Curso de Administração da UNIJUÍ, orientador da dissertação.